

RESENHA ECONÔMICA

QUADROS E COMENTÁRIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E MUNDIAL

13

13ª Edição

ECONOMIA EM ALERTA: INFLAÇÃO, JUROS E DÍVIDA PÚBLICA DESAFIAM O BRASIL

13 DE OUTUBRO DE 2026



SOBRE ESSA RESENHA ECONÔMICA



Esta publicação possui **finalidade exclusivamente educacional e informativa**, reunindo indicadores, notícias e análises sobre a economia brasileira e internacional, extraídos de fontes públicas e amplamente acessíveis, como boletins econômicos, relatórios financeiros, revistas especializadas e veículos de imprensa.

Seu objetivo é oferecer um **panorama atualizado dos principais temas econômicos**, contribuindo para a compreensão das tendências, riscos e possíveis impactos sobre empresas, mercados e a economia.

As informações apresentadas constituem uma **compilação de diferentes fontes e visões de mercado**, não representando opinião ou análise formal da **ANEFAC** ou da **ADVB**.

Notícias, imagens, gráficos e demais conteúdos de terceiros são utilizados exclusivamente como **referência para análise e debate econômico**, permanecendo os respectivos **direitos autorais** pertencentes aos seus titulares. O conteúdo restringe-se à análise de cenários econômicos, **sem abordagem de questões de natureza político-partidária**.

Boletim FOCUS semanal



Boletim FOCUS de 09-out-26 - publicado em 13-out-26

ANO	PROJEÇÕES		VAR%
	HÁ 1 SEMANA	SEMANA ATUAL	

INFLAÇÃO
META
BACEN

TOLERANCIA	
ABAIXO	ACIMA
-1,50%	1,50%

IPCA - INFLAÇÃO

2026	5,01%	5,22%	0,21%	↑
2027	4,30%	4,30%	0,00%	→
2028	3,80%	3,79%	-0,01%	↓
2029	3,51%	3,50%	-0,01%	↓

3,00%	1,50%	4,50%
3,00%	1,50%	4,50%
3,00%	1,50%	4,50%
3,00%	1,50%	4,50%

PIB BRASIL

2026	1,85%	1,85%	0,00%	→
2027	1,40%	1,40%	0,00%	→
2028	1,81%	1,83%	0,02%	↑
2029	2,00%	2,00%	0,00%	→

SELIC no final do ano

2026	13,50%	13,25%	-0,25%	↓
2027	12,00%	12,00%	0,00%	→
2028	10,50%	10,50%	0,00%	→
2029	10,00%	10,00%	0,00%	→



Focus - Relatório de Mercado

Pesquisa diária sobre o cenário econômico com 140 instituições financeiras – bancos, gestoras de recursos, consultorias e associações.

CÔRES NAS VARIAÇÕES

- é bom
- é neutro
- não é bom

Inflação projetada mais alta

A projeção do IPCA para 2026 subiu de 5,01% para 5,22%, acima do limite de tolerância de 4,50%. A revisão indica maior dificuldade para controlar os preços.

Crescimento moderado

As estimativas do PIB permanecem em 1,85% para 2026 e 1,40% para 2027. O cenário combina inflação elevada com expansão econômica limitada.

Juros ainda elevados

A expectativa da Selic no fim de 2026 caiu de 13,50% para 13,25%. Mesmo assim, os juros projetados continuam elevados, pressionando o crédito e os investimentos.

Expectativas para os próximos anos

O mercado espera redução gradual da inflação e dos juros. Essas projeções dependem da evolução da economia e não representam decisões já tomadas pelo Banco Central.

DATAS DAS REUNIÕES 2026 COPOM-BRASIL E FOMC-EUA



BRASIL

COPOM

1	276 ^a	27 e 28 de janeiro
2	277 ^a	17 e 18 de março
3	278 ^a	28 e 29 de abril
4	279 ^a	16 e 17 de junho
5	280 ^a	4 e 5 de agosto
6	281 ^a	15 e 16 de setembro
7	282 ^a	3 e 4 de novembro
8	283 ^a	8 e 9 de dezembro

ESTADOS UNIDOS

FOMC

1	27 e 28 de janeiro
2	17 e 18 de março
3	28 e 29 de abril
4	16 e 17 de junho
5	28 e 29 de julho
6	15 e 16 de setembro
7	27 e 28 de outubro
8	8 e 9 de dezembro

NESSAS DATAS SÃO DECIDIDAS AS TAXAS DE JUROS

Próximas decisões sobre juros

Pelo calendário apresentado, o FOMC se reúne em 27 e 28 de outubro. No Brasil, o Copom se reunirá em 3 e 4 de novembro.

Decisão americana vem antes

O resultado nos EUA poderá influenciar o câmbio e as condições financeiras consideradas pelo Copom. Cada banco central decide conforme o cenário de sua economia.

Efeitos sobre o dólar

Juros americanos mais altos tendem a favorecer aplicações em dólar e podem pressionar o real. Uma redução pode aliviar essa pressão, conforme as expectativas do mercado.

Impactos na economia brasileira

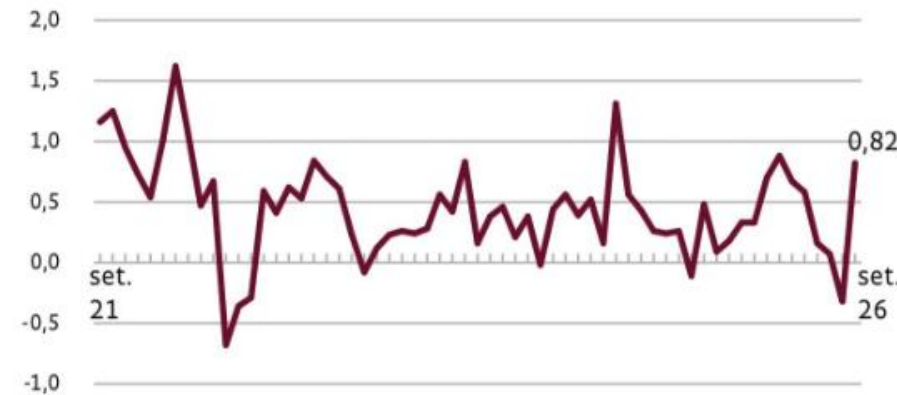
A Selic influencia o custo dos empréstimos, o consumo e os investimentos. Além da taxa anunciada, os comunicados ajudam a entender o rumo das próximas decisões.

IPCA avança mais do que o esperado em setembro com alta da energia e de alimentos

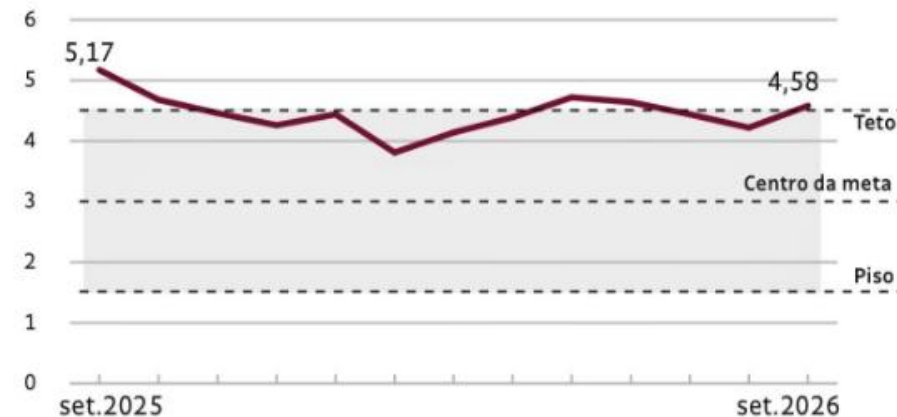
Luz sobe 7,98% com fim do bônus de Itaipu, inflação vai a 0,82% e estoura teto da meta em 12 meses; chuvas encarecem hortifrútis

IPCA mensal
Variação em %

Jornal FOLHA 10-out



IPCA no acumulado de 12 meses
Em %



Leonardo Viecelli

RIO DE JANEIRO Puxado pela energia elétrica, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) teve alta de 0,82% em setembro, após registrar queda em agosto (-0,32%), disse o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta sexta (9).

A volta da inflação era aguardada com o fim do bônus de Itaipu. Sem esse desconto temporário, a conta de luz encareceu 7,98% em setembro. Combustíveis, passagens aéreas e alimentos também ficaram mais caros, pressionando o IPCA.

O índice de 0,82% subiu mais do que a mediana das projeções do mercado financeiro, que era de 0,76%, conforme a agência Bloomberg. A taxa divulgada pelo IBGE é a maior para meses de setembro em cinco anos, desde 2021 (1,16%).

No acumulado de 12 meses, o IPCA acelerou a 4,58%, após marcar 4,22% na leitura anterior. Assim, rompeu o teto de 4,5% da meta de inflação perseguida pelo Banco Central.

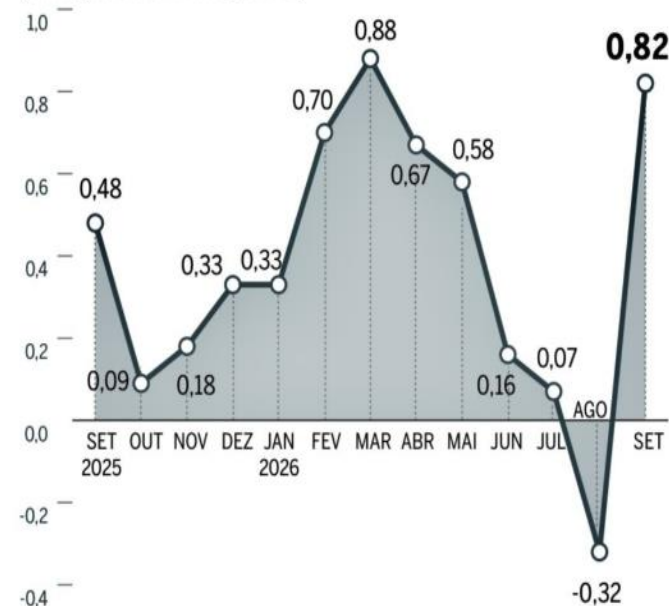
IPCA sobe acima do previsto com pressão de alimentos

Fim do bônus de Itaipu também pesou na inflação de 0,82% em setembro

A oscilação do índice de preços

IPCA NO MÊS

(variação em um mês, em %)

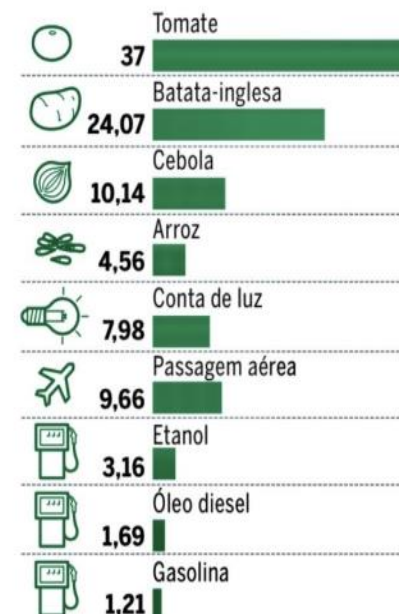


FONTE: IBGE

Jornal GLOBO 10-out

MAIORES ALTAS

(% em setembro)



CAROLINA NALIN

carolina.nalin@oglobo.com.br

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 0,82% no mês passado, após deflação de 0,32% em agosto. A taxa ficou acima da projeção do mercado, de 0,75%, e foi a maior para meses de setembro desde 2021. O indicador acumulou alta de 4,58% em 12 meses, voltando a superar o teto da meta de inflação, de 4,5%. As maiores pressões vieram de comida, combustíveis, passagens aéreas e, principalmente, do fim do desconto na conta de luz do bônus de Itaipu.

Indicadores Acumulados no ano é de 3,95%

IPCA tem alta de 0,82% em setembro puxado por alimentos e energia

Índice ficou perto do teto das estimativas dos analistas; elevação dos alimentos está relacionada à piora das condições climáticas

PAULA MARTINI
RIO

Pressionada pelo preço dos alimentos e da energia elétrica, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou setembro com alta de 0,82%, ante queda de 0,32% em agosto, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi a maior taxa para setembro desde 2021 (1,16%), durante a pandemia.

O resultado ficou perto do teto das estimativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que iam de 0,57% a 0,83%, com mediana de 0,76%.

A taxa acumulada pela inflação no ano ficou em 3,95%, e o acumulado em 12 meses foi de 4,58%. O número supera o teto da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%).

Com alta de 7,89% em setembro, a energia elétrica residencial representou o maior peso individual para o IPCA no mês, de 0,32 ponto percentual, respondendo por quase metade do avanço do indicador cheio.

EM ALTA

Jornal ESTADÃO 10-out

Sem o bônus de Itaipu, conta de luz puxa índice para cima

EM PORCENTAGEM



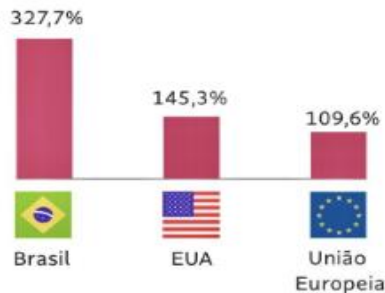
FONTE: IBGE/ INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Jornal FOLHA 11-out

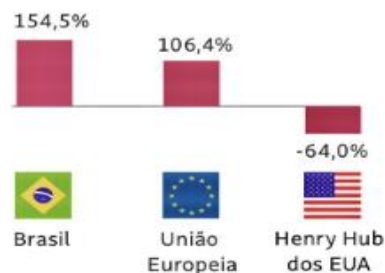
Preço da energia dispara no Brasil

Variação percentual do preço em dólar, de 2000 a 2026

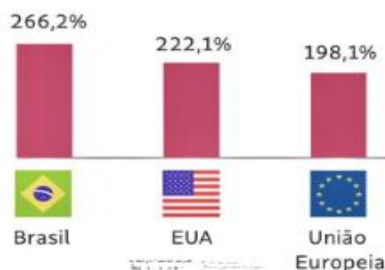
Energia elétrica



Gás natural



Óleo diesel



Inflação da energia dispara e encarece de pãozinho a grandes obras

Estudo aponta que esse custo subiu muito mais no Brasil do que em outros mercados; cenário contribui para a desindustrialização

Alexa Salomão

SÃO PAULO O preço do pãozinho não é apenas a soma do custo com farinha de trigo, água, fermento, sal e lucro da padaria. Quase 30% é energia — 18,7% em eletricidade e gás dos fornos para assar a massa, outros 11% em combustível para transportar os insumos em vans, caminhões e até navios.

Essa despesa invisível com energia está em todos os produtos e serviços no mundo inteiro. O problema é que disparou no Brasil, tornando-se um importante elemento para elevar o preço de bens e serviços, pressionar a inflação e reduzir a competitividade da economia.

Em 2000, por exemplo, um pãozinho custava cerca de R\$ 0,15. Hoje, está perto de R\$ 1. Dos R\$ 0,85 de aumento, cerca de R\$ 0,73 — ou 86% — são atribuídos ao encarecimento das diferentes fontes de energia ao longo da cadeia de produção.

Detalhes como esses estão no estudo "O Impacto da Evolução do Custo da Energia no Preço das Mercadorias e na Inflação Brasileiras de 2000 a 2026". O trabalho foi realizado pela Ex Ante Consultoria Econômica a pedido da Abrace, entidade que representa grandes empresas consumidoras de energia.

Inflação volta a subir

O IPCA passou de -0,32% em agosto para 0,82% em setembro. A reversão mostra como descontos temporários e preços voláteis podem alterar bastante o resultado mensal.

Energia explica parte da alta

O fim do bônus de Itaipu elevou a conta de luz após o alívio de agosto. Esse efeito pontual exige cuidado ao projetar a inflação dos próximos meses.

Alimentos mais caros

A alta de hortifrúti, associada às condições climáticas, encarece compras essenciais. Famílias com menor renda sentem mais essa pressão, pois destinam parcela maior do orçamento à alimentação.

Acima do limite de 4,5%

O IPCA em 12 meses chegou a 4,58%, acima do limite de 4,5%. O descumprimento formal da meta exige seis meses consecutivos fora do intervalo de tolerância.

Energia afeta toda a produção

Eletricidade e combustíveis entram no custo de fábricas, transporte e serviços. A pressão sobre a energia pode alcançar produtos que, à primeira vista, parecem pouco ligados a ela.

Competitividade sob pressão

O estudo citado compara custos de energia em dólar desde 2000. Câmbio e períodos de referência influenciam a leitura. Esses resultados não equivalem à inflação doméstica medida pelo IPCA.

Margens exigem atenção

Quando a empresa não consegue repassar os custos, sua margem diminui. Na construção, energia e diesel afetam materiais e obras, exigindo revisão de orçamentos e das condições de reajuste.

Atenção aos próximos dados

A continuidade da pressão dependerá da evolução dos alimentos, da energia e dos demais preços. Um mês isolado não permite concluir que a inflação permanecerá no mesmo ritmo.

Conjuntura Em relatório sobre AL, instituição revê de 1,9% para 2,1% evolução do PIB neste ano, mas rebaixa de 2027 de 2% para 1,7%

Banco Mundial eleva projeção de crescimento para o Brasil em 2026

Projeção de expansão

Taxa de crescimento real do PIB - em %

Jornal VALOR
07-out

	2026	2027
América Latina e Caribe	2,2	-
Argentina	2,1	3
Brasil	2,1	1,7
Chile	0,8	3
Colômbia	2,3	2,6
Guiana	23,7	18,7
México	1,4	1,8
Paraguai	4,7	4,1
Peru	3,2	3
República Dominicana	4,7	4,4

Fonte: Banco Mundial. *Foram selecionados países entre as maiores economias da região e os de melhor desempenho

Mariana Andrade

De Brasília

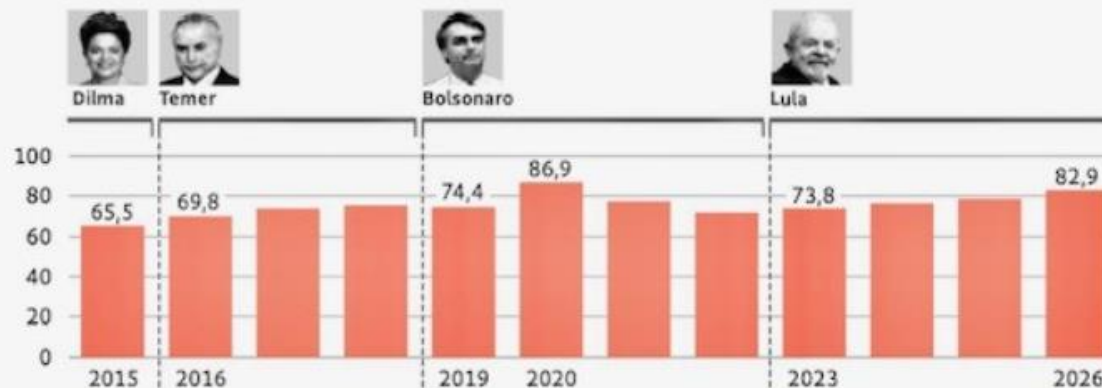
O Banco Mundial revisou para cima, de 1,9% para 2,1%, a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2026. A estimativa, sempre de crescimento, para 2027 caiu de 2% para 1,7%, enquanto a de 2028 subiu de 2,2% para 2,3%. Os dados fazem parte do relatório Panorama Econômico da América Latina e Caribe, divulgado na terça-feira (6).

O crescimento do PIB brasileiro deve ficar neste ano no mesmo ritmo ou abaixo da média regional, de 2,2%. Segundo o Banco Mundial, a atividade econômica no Brasil é restringida pelo aperto das condições monetárias — processo considerado necessário para dar continuidade à perda de força da inflação —, pelas incertezas sobre a política econômica e pelo arrefecimento do investimento público. A Selic está em 13,75% ao ano.

DÍVIDA BRUTA

Jornal FOLHA 01-out

A evolução da dívida pública sob Dilma, Temer, Bolsonaro e Lula
Percentual em relação ao PIB*



*Dados referentes ao mês de dezembro de cada ano; índice de 2026 usa dados de agosto
Fonte: Banco Central

Dívida bruta atinge 82,9% do PIB em agosto, maior nível em cinco anos, mostra BC

Aumento no indicador é de 4,2 pontos percentuais no ano; setor público consolidado tem déficit primário de R\$ 10 bi em agosto

Nathalia Garcia

BRASÍLIA A dívida bruta do Brasil seguiu em alta e atingiu 82,9% do PIB (Produto Interno Bruto) em agosto, o maior nível em cinco anos. No mês, houve elevação de 0,3 ponto percentual. Os dados foram divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira (30).

Em março de 2021, em meio à pandemia de Covid-19, o indicador estava em 85,1% do PIB.

A dívida bruta — que compreende governo federal, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e governos estaduais e municipais — é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas do país.

A comparação é feita em relação ao PIB para mostrar se a dívida do governo é sustentável. A trajetória da dívida bruta é hoje um dos focos de preocupação do mercado financeiro.

De acordo com o BC, a alta mensal pode ser explicada pelo aumento dos juros nominais apropriados (0,8 ponto percentual) e da desvalorização cambial (0,1 ponto). Por outro lado, o efeito da variação negativa do PIB nominal, com redução de 0,5 ponto percentual, impediu um aumento maior do endividamento.

DÍVIDA BRUTA

Dívida bruta chega a 82,9% do PIB, maior patamar desde 2021

No governo Lula, indicador subiu 11,2 pontos. Para economista, falta de controle de gasto compromete credibilidade das metas



THAÍS BARCELLOS
thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A dívida bruta do governo geral registrou a oitava alta consecutiva em agosto, com uma elevação de 82,6% para 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 12,6 trilhões, segundo dados do Banco Central (BC) divulgados ontem. Esse é o maior patamar em termos de percentuais do PIB desde março de 2021 (85,1%), na pandemia de Covid-19.

O endividamento do país ocorre em razão do déficit público e do pagamento de juros para cobrir esse rombo. O cálculo da dívida bruta leva em conta o governo federal, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e os governos estaduais e municipais. Este é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na avaliação da saúde das contas.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a dívida bruta já alcança alta de 11,2 pontos percentuais. O recorde da série histórica, no entanto, aconteceu em outubro de 2020 (87,7%), no governo de Jair Bolsonaro, em meio às medidas emergenciais adotadas para mitigar os impactos da pandemia.

IMPORTAÇÃO DIESEL



Relações externas País se torna maior comprador do produto americano em setembro, mas corre risco de perder fornecedor caso Trump suspenda exportação

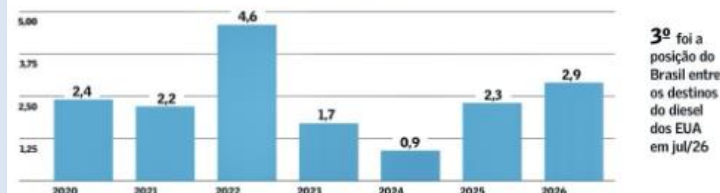
Com Rússia fechada, Brasil passa a importar mais diesel dos EUA

Substituição

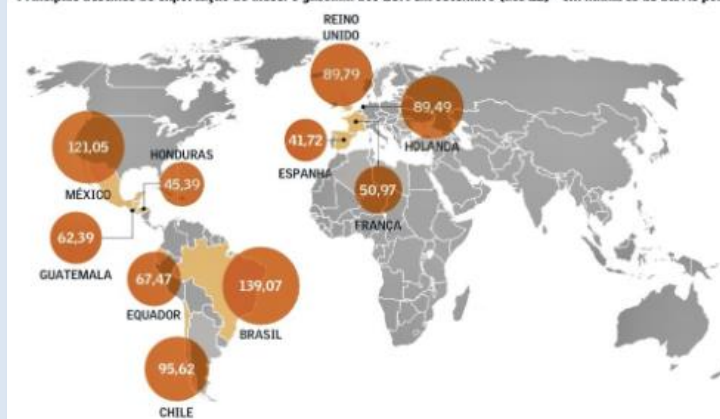
Brasil troca diesel russo por americano

Jornal VALOR 02-out

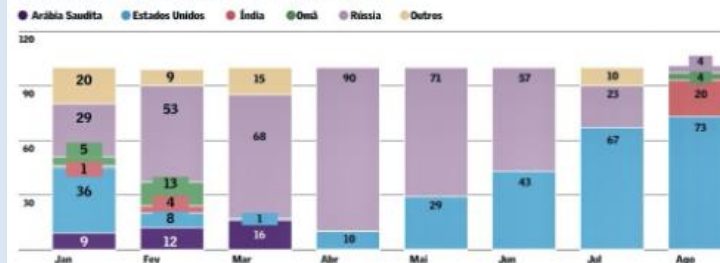
Exportação de diesel dos EUA para o Brasil, no ano até jul - em US\$ bi



Principais destinos de exportação de diesel e gasolina dos EUA em setembro (até 22) - em milhares de barris por dia



Importação de diesel pelo Brasil, por país - em % do total



Fontes: Bloomberg, Departamento de Comércio dos EUA e Midec

Anaís Fernandes e Álvaro Fagundes
De Washington e São Paulo

Uma eventual suspensão das exportações do diesel produzido nos Estados Unidos representaria mais um duro golpe da administração de Donald Trump à economia brasileira, ao mesmo tempo em que prejudicaria a própria indústria petrolífera americana.

Em barris por dia, o Brasil foi o maior comprador de diesel e gasolina dos EUA em setembro, até meados do mês, à frente de países como México, Chile, Reino Unido e Holanda, de acordo com dados da plataforma Vortexa (ver gráfico).

Pelo dados oficiais do governo americano, em bilhões de dólares até julho, e considerando apenas diesel, o Brasil aparece em terceiro, atrás apenas de Holanda e México. No ano, foram US\$ 2,9 bilhões em vendas de diesel americano para o Brasil, o maior volume para o período desde 2022, quando somou US\$ 4,6 bilhões, na esteira da guerra entre Rússia e Ucrânia.

PIB melhora em 2026

O Banco Mundial elevou a previsão de crescimento para 2,1% em 2026. A revisão indica desempenho melhor que o esperado anteriormente, embora ainda modesto diante das necessidades da economia.

Menor ritmo em 2027

A previsão para 2027 caiu de 2% para 1,7%. Juros elevados limitam crédito e investimento. Para as empresas, isso recomenda planejar a expansão conforme a demanda de cada setor.

Dívida pública em alta

As matérias de outubro registram dívida bruta de 82,9% do PIB em agosto. Juros elevados aumentam o custo da dívida e tornam mais difícil estabilizar sua trajetória.

Risco fiscal e financiamento

Uma percepção maior de risco fiscal pode pressionar juros longos e câmbio. Esse efeito pode encarecer o financiamento das empresas e dificultar investimentos, mesmo quando há oportunidades de crescimento.

Diesel e fornecedores externos

A matéria de outubro mostra maior participação dos Estados Unidos no fornecimento de diesel ao Brasil. Essa mudança torna relevante acompanhar a concentração das compras e as alternativas de abastecimento.

Restrição ainda é um risco

A suspensão das exportações americanas aparece na matéria como possibilidade. Se ocorrer, poderá exigir novos fornecedores e pressionar custos. O impacto dependerá dos estoques, da oferta alternativa e da duração.

Custos podem se espalhar

O diesel afeta transporte, agropecuária e obras. Uma alta persistente pode alcançar fretes e materiais, pressionando margens quando as empresas não conseguem repassar integralmente os custos aos clientes.

Planejamento protege o caixa

Crescimento mais moderado e custos sensíveis à energia reforçam a importância de revisar orçamentos e vencimentos. Reservas de liquidez e contratos bem avaliados ajudam a reduzir a exposição a imprevistos.

SÍNTESE GERAL DESSA RESENHA



Crescimento com menos impulso

A melhora da projeção de 2026 convive com expectativa de desaceleração em 2027. O cenário recomenda investimentos compatíveis com a demanda e atenção ao custo do financiamento.

Inflação exige acompanhamento

Alimentos e energia pressionaram o IPCA divulgado em outubro. A continuidade dessa pressão dependerá dos próximos indicadores, com efeitos sobre o poder de compra e as margens das empresas.

Riscos fiscais e externos

A dívida pública elevada e a concentração do fornecimento de diesel aumentam a sensibilidade da economia. Eventuais mudanças no câmbio e no abastecimento podem afetar preços e decisões de investimento.

Prioridades para as empresas

A leitura conjunta das matérias recomenda atenção ao caixa, aos custos de energia e aos contratos. Revisar cenários e avaliar o retorno dos investimentos ajuda a enfrentar um crescimento mais moderado.

RESENHA ECONÔMICA

Realização:



Curadoria:

Ailton Leite e Roberto Vertamatti

Vice-Presidência do Núcleo Economia da ADVB

Lívio Giosa

Presidente da ADVB

*Esta publicação possui finalidade exclusivamente educacional e informativa.
As notícias, imagens, gráficos e demais conteúdos de terceiros são utilizados como referência
para análise e debate econômicos, mantendo-se os respectivos direitos autorais de seus titulares.*